

Banco Bari de
Investimentos e
Financiamentos S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo de domínio privado, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: i) crédito imobiliário, que apresenta derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de contratos imobiliários originados por construtoras e/ou incorporadoras e empréstimos com garantia de imóveis e ii) crédito consignado. Adicionalmente, o Banco iniciou atuação como coordenador líder em ofertas públicas e, também, operou como banco custodiante e/ou liquidante para entidades que não detêm conta de reservas bancárias. A seguir, as variáveis que tiveram importância no contexto da atuação da instituição no período sob apreço:

A) Cenário Macroeconômico

O exercício de 2020 foi singular, e será lembrado por muito tempo, em que o cenário macroeconômico foi marcado por incertezas, em decorrência da pandemia (Covid-19) que enfrentamos, que exigiu esforços em várias frentes, em que se incluiu o acompanhamento atento das medidas trazidas pelo Governo para mitigar os seus efeitos. Nada obstante as dificuldades, continuamos crescendo, com rentabilidade positiva e onde se procurou implementar práticas para atender aos clientes, com os seguintes destaques:

- a) O Governo Federal instituiu incentivos para renegociações de operações creditícias, para minimizar as dificuldades de devedores afetados pelo contexto econômico, ao conceder tratamento diferenciado no gerenciamento de risco de crédito de que trata a Resolução CMN 4557. Assim, empreendemos renegociações de empréstimos/financiamentos visando adequar a capacidade dos devedores frente às reduções de rendas experimentadas. Nessa linha, merecem realce as carências aplicadas no crédito consignado, estendendo os prazos de amortização, atendendo postulações individualizadas de devedores, e, na área de crédito imobiliário, em que 1.005 contratos, representando R\$226,8 milhões ou cerca de 40% do total de contratos da espécie foram contemplados pelo Banco com a medida;

- b) A dispensa temporária de recolhimento de IOF nas operações de crédito trouxe redução de custos para os tomadores, alavancando novas transações. Junte-se a isso o aumento do limite de margem consignável admitido pela União para o crédito consignado, de 35% para 40%, igualmente representou estímulos para a modalidade e de amparo às famílias endividadas que recorreram à essa linha operacional, com reflexos positivos em nosso âmbito, no tocante ao convênio com o INSS; e
- c) A fixação pelo Copom da taxa básica de juro (Selic) em 2% a.a., o menor patamar desde o início da série histórica, em 1996, tendo resultado em desafios às instituições financeiras para buscar alternativas rentáveis para as captações.

B) Iniciativas Inovadoras e de Continuidade do Banco Digital:

O desenvolvimento de ações múltiplas para acelerar a sua transformação em banco digital, sob denominação de “Multiconta”, teve início em 2017 e teve maior expansão a partir de 2019. I) **Inovadoras:** Em 2020, foram implementadas operações que têm o selo inovador, as quais referenciamos: 1) efetuamos a primeira transação de linha de crédito com garantia de imóvel (Bariflex); 2) emitimos o primeiro cartão de crédito com a mesma garantia; 3) em parceria com a controlada Bari Securitizadora, colocamos em mercado o primeiro CRI de “Home Equity”; e 4) concluímos, com a disponibilização na multiconta de um cartão contar com cartões associados para atender gastos específicos, ou, alternativamente, para serem direcionados a parentes diretos, como filhos e, ainda, funcionando como contas para poupar para os seus objetivos e interesses futuros. II) **Continuidade:** 1) lançamento do “Bari Card”, com abrangência nacional e internacional, em parceria com a bandeira Elo; 2) Adoção de providências junto ao Banco Central para ingresso no PIX, na janela aberta em dezembro/2020, que, será oportunizado aos titulares de contas digitais no início de 2021; 3) facultado saques aos titulares de cartões Bari por intermédio da rede “Banco 24 Horas”; e 4) para colocar no ar todas as funcionalidades descritas nos dois campos aqui tratados, I e II, colocamos os nossos sistemas em nuvem (aws), instalou-se um novo CRM (salesforce) e desenvolvemos plataformas para melhorar a interatividade e receptividade das propostas e dos fluxos de crédito e investimento.

Espera-se que o Banco, assim, ingresse em nova era em seus negócios, oferecendo maior gama de produtos aos clientes, atingindo camadas mais representativas de investidores e demandadores de créditos.

C) Destaques Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), pelo Conglomerado Prudencial Bari , composto pelo Banco Bari S.A. e controladas Bari Securitizadora S.A. e Bari Companhia Hipotecária, que mostram a evolução ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
a) Patrimônio Líquido (PL):	121.122	97.243
b) Ativos de crédito:	804.626	700.158
c) Captação:	783.797	634.533
d) Índice de Basileia:	19,71	19,55
f) Lucro líquido:	33.627	21.817
g) ROE (Retorno sobre o PL)	26,64%	21,98%
h) ROAE (Retorno sobre PL médio)	29,96%	23,84%

Vale ressaltar que o lucro líquido, conquanto em nível que julgamos deveras positivo, teve impactos internos, como o representativo investimento para a introdução do banco digital em nossa plataforma. Contudo, sem o investimento em lide não teria sido possível alcançar a expressão dos resultados que atingimos. Como prova do afirmado, no comparativo 2020/2019, tivemos as seguintes evoluções: carteira de crédito imobiliário, incluindo o home equity, cresceu 17,4%; a do crédito consignado, teve incremento de 9,8%; o lucro líquido apresentou aumento de 56,1% e o ROE médio de 25,6%. Por outro lado, as seguidas quedas da taxa Selic oportunizaram construir alternativas para oferecimento de aplicações financeiras rentáveis aos nossos clientes, de modo a manter a atratividade dos títulos de nossa emissão, o que resultou em expansão da carteira, conforme demonstrado no quadro acima. Realçamos ainda, como pontos positivos, a inadimplência ter se mantido em nível tolerável, abaixo de previsões iniciais, não se confirmando, portanto, perdas cogitadas de maior escala. Contribuíram para tanto as renegociações empreendidas, e a normal continuidade das áreas, ainda que um forte contingente funcional do Banco tenha atuado em regime de “home office”.

D) Medidas Acautelatórias Decorrentes da Pandemia

Adotamos todas as cautelas necessárias, em linha com as recomendações das áreas médicas e governamentais, para a preservação da saúde de nossos colaboradores e clientes. Instituímos, ainda, canais de comunicação com recursos virtuais para manter o quadro funcional atualizado com as normas expedidas no período e incentivando-o à participação em treinamentos e em reuniões de serviço, quando necessárias para o alcance de melhores práticas negociais.

Agradecimentos

A Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores que possibilitou o crescimento que experimentamos no exercício de 2020.

Curitiba (PR), 28 de maio de 2021.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao Conselho de Administração e Diretores do
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com



as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras para fins gerais

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 18 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração



pretenda liquidar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas



nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		322.836	251.590	Circulante		214.542	281.341
Disponibilidades	4	817	850	Depósitos e demais instrumentos financeiros		146.314	236.186
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		123.847	67.796	Depósitos		26.578	15.417
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	47.250	38.729	Depósitos a prazo	10.a	24.896	1.804
Titulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	5.a	70.669	-	Outros depósitos	10.b	1.682	-
Titulos e valores mobiliários - mantidos para negociação	5.b	-	29.067	Depósitos interfinanceiro		-	13.613
Titulos e valores mobiliários - mantidos até o vencimento	5.c	5.928	-	Recursos de aceites de emissão de titulos	10.c	119.736	215.908
Operações de crédito	6	179.447	168.583	Recursos de aceites cambiais		32.502	45.295
Operações de crédito - setor privado		185.345	173.975	Recursos letras imobiliária e hipotecária		87.234	170.613
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(5.898)	(5.392)	Instrumentos financeiros derivativos	5.d	-	4.861
Outros ativos financeiros	7	8.409	4.110	Instrumentos financeiros derivativos		-	4.861
Outros ativos	8	10.316	10.251	Outras obrigações		68.228	45.155
Outros ativos		11.204	10.954	Cobrança e arrecadação de titulos assemelhados		50	162
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(888)	(703)	Sociais e estatutárias		13.455	5.344
				Fiscais e previdenciárias	11	13.252	7.024
				Diversas	12	41.471	32.625
Não circulante		664.138	543.671	Não circulante		651.310	416.677
Realizável a longo prazo		645.415	535.799	Exigível a longo prazo		651.310	416.677
Instrumentos financeiros		628.169	518.364	Depósitos e demais instrumentos financeiros		644.291	406.765
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		19.057	-	Depósitos		282.166	149.302
Titulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	5.a	19.057	-	Depósitos a prazo	10.a	282.166	149.302
Operações de crédito	6	609.112	518.364	Recursos de aceite de emissão de titulos	10.c	355.317	253.906
Operações de crédito - setor privado		619.281	526.183	Recursos de aceites cambiais		12.031	54.085
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(10.169)	(7.819)	Recursos letras imobiliária e hipotecária		343.286	199.821
Créditos tributários	19	12.773	12.752	Instrumentos financeiros derivativos	5.d	6.808	3.557
Outros ativos financeiros	7	1.721	1.051	Instrumentos financeiros derivativos		6.808	3.557
Outros ativos financeiros		3.123	2.423	Outras obrigações		7.019	9.912
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(1.402)	(1.372)	Fiscais e previdenciárias	11	57	2.463
Outros ativos	8	2.752	3.632	Diversas	12/13	6.962	7.449
Outros ativos		4.217	4.611	Patrimônio líquido	14	121.122	97.243
Provisão para redução ao valor recuperável		(1.465)	(979)	Capital de domiciliados no país		50.344	50.214
Permanente		18.723	7.872	Aumento de capital		-	117
Investimentos		2.934	536	Reservas de lucros		70.724	46.912
Investimentos em participações em coligadas		2.931	533	Ajustes de titulos e valores mobiliários a valor de mercado		54	-
Outros investimentos		3	3				
Imobilizado de uso		2.438	2.034				
Outras imobilizações de uso		3.968	3.528				
Depreciações acumuladas		(1.530)	(1.494)				
Intangível	9	13.351	5.302				
Ativos intangíveis		16.508	5.827				
Amortização acumulada		(3.157)	(525)				
Total do ativo		986.974	795.261	Total do passivo		986.974	795.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração de resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Sem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Receitas da intermediação financeira		<u>92.071</u>	<u>164.621</u>	<u>122.730</u>
Operações de crédito		90.735	164.463	125.079
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.e	1.748	3.888	3.981
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.e	(412)	(3.730)	(6.330)
Despesas da intermediação financeira		<u>(33.026)</u>	<u>(57.934)</u>	<u>(50.920)</u>
Operações de captação no mercado	10.d	(28.376)	(47.163)	(42.956)
Despesas de obrigações de empréstimos e repasses		-	(94)	-
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.b	(4.650)	(10.677)	(7.964)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>59.045</u>	<u>106.687</u>	<u>71.810</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(36.429)</u>	<u>(60.005)</u>	<u>(41.644)</u>
Receita de prestação de serviços	16	4.217	10.341	7.404
Despesas de pessoal		(5.311)	(10.116)	(9.638)
Outras despesas administrativas	18	(34.071)	(56.897)	(36.865)
Despesas tributárias	17	(3.009)	(6.668)	(4.983)
Resultado de participação em coligadas e controladas		1.686	2.306	182
Outras receitas operacionais		1.412	2.532	3.648
Outras despesas operacionais		(1.353)	(1.503)	(1.392)
Resultado operacional		<u>22.616</u>	<u>46.682</u>	<u>30.166</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>22.616</u>	<u>46.682</u>	<u>30.166</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(4.689)</u>	<u>(13.055)</u>	<u>(8.349)</u>
Provisão para imposto de renda		(2.548)	(9.514)	(7.360)
Provisão para contribuição social		(271)	(3.562)	(3.562)
Ativo fiscal diferido		(1.870)	21	2.573
Lucro líquido do semestre / exercício		<u><u>17.927</u></u>	<u><u>33.627</u></u>	<u><u>21.817</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 1 de janeiro de 2019	50.614	-	2.074	30.510	-	-	83.198
Aumento de capital	600	(600)	-	-	-	-	-
Homologação aumento de capital	-	717	-	(717)	-	-	-
Variação aquisição de capital da controlada	(1.000)	-	-	-	-	-	(1.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.817	21.817
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	1.091	14.654	-	(15.745)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(5.040)	(5.040)
Dividendos	-	-	-	(700)	-	(1.032)	(1.732)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.214	117	3.165	43.747	-	-	97.243
Mutações do exercício	(400)	117	1.091	13.237	-	-	14.045
Saldos em 1 de julho de 2020	50.331	-	3.950	57.862	-	-	112.143
Integralização capital	13	-	-	-	-	-	13
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	54	-	54
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	17.927	17.927
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	896	8.016	-	(8.912)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(3.917)	(3.917)
Dividendos	-	-	-	-	-	(5.098)	(5.098)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.344	-	4.846	65.878	54	-	121.122
Mutações do exercício	13	-	896	8.016	54	-	8.979
Saldos em 1 de janeiro de 2020	50.214	117	3.165	43.747	-	-	97.243
Integralização capital	130	(117)	-	-	-	-	13
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	54	-	54
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.627	33.627
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	1.681	22.131	-	(23.812)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(4.717)	(4.717)
Dividendos	-	-	-	-	-	(5.098)	(5.098)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.344	-	4.846	65.878	54	-	121.122
Mutações do exercício	130	(117)	1.681	22.131	54	-	23.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Sem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	17.927	33.627	21.817
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	1.872	3.082	267
Equivalência patrimonial	(1.686)	(2.306)	(182)
Resultado com instrumentos derivativos	412	3.730	5.649
Variação cambial e encargos sobre empréstimos no exterior	-	-	305
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.650	10.677	7.964
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	223	362	239
Provisão para imposto de renda e contribuição social	2.819	13.076	10.922
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	1.870	(21)	(2.573)
Provisão/(Reversão) para outros créditos diversos	30	30	-
Provisão/(Reversão) para outros valores e bens	888	888	-
Residual alienação imobilizado	-	(10)	-
Participação dos empregados	382	745	846
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários	14.915	(66.533)	26.690
Operações de crédito	(86.069)	(112.289)	(122.835)
Outros créditos	(6.798)	(4.969)	(2.348)
Outros valores e bens	(330)	(103)	(3.647)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos interfinanceiros e a prazo	69.299	144.025	118.698
Recursos de aceites cambiais	(11.985)	5.239	(39.093)
Instrumentos derivativos	(4.186)	(5.340)	-
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	50	(112)	(88)
Obrigações sociais e estatutárias	(892)	(2.449)	(2.882)
Obrigações fiscais e previdenciárias	2.311	3.112	(12.494)
Outras obrigações	21.593	7.997	16.930
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.777)	(12.366)	(4.426)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	23.518	20.092	19.759
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de investimentos	(42)	(92)	(51)
Aquisições de imobilizado	(574)	(857)	(1.229)
Adições ao intangível	(5.093)	(10.681)	(5.192)
Baixa do intangível	-	-	37
Alienação do imobilizado	-	13	22
Caixa líquido (utilizados) nas atividades de investimentos	(5.709)	(11.617)	(6.413)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	13	13	-
Empréstimo no exterior	-	-	4.260
Amortização de empréstimos no exterior	-	-	(17.600)
Juros pagos de empréstimos no exterior	-	-	(365)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	(2.721)
Caixa líquido aplicado na atividades de investimentos	13	13	(16.426)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	17.822	8.488	(3.080)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	30.245	39.579	42.659
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	48.067	48.067	39.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, opera substancialmente com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atuando com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora do Banco, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4751, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

Também fazem parte do conglomerado prudencial as seguintes instituições:

- A Bari Companhia Hipotecária (“Companhia”), controlada pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (99%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012. Integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie. Está localizada na Av. Sete de Setembro, nº 4751, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.
- A Bari Securitizadora S.A. (“Companhia”), controlada pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (99%), foi constituída em 28 de outubro de 2008, e tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI’s) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que seja compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. Está localizada na Rua Alvaro Anes, nº 46, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.
- Fundo de Renda Fixa Longo Prazo Barigui, do qual o Banco detinha 100% das cotas. A carteira do respectivo fundo era composta substancialmente por LFT (Letra Financeira do Tesouro), Debêntures, CDBs e Operações compromissadas. O mesmo foi encerrado em dezembro 2019.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que o Banco possui maior atuação, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e geração de renda

Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o Banco manteve reserva de caixa, para honrar com suas obrigações, não tendo necessidade de captação adicional no mercado ou através de aumento de capital. O Banco promoveu as renegociações, com prorrogação de prazo de pagamento de parcelas, e alguns casos concedeu carência, para aqueles clientes que tiveram impacto direto com a pandemia. Mesmo diante desse cenário, não observou-se impactos relevantes nos índices de inadimplência por conta da pandemia, até o encerramento do exercício de 2020.

O Banco mantém a preocupação com a saúde dos seus colaboradores, clientes e fornecedores, bem como a continuidade das operações de maneira segura.

Por este motivo, decidimos adotar o trabalho de forma híbrida, sendo alguns dias da semana trabalho nas dependências do Banco e outros em home office, para os colaboradores que estejam no grupo de risco, o trabalho está sendo integralmente home office, estabelecendo todos os protocolos de segurança sanitária instituídos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus.

Adicionalmente, o cenário e resultados a partir do segundo semestre de 2020, foram diferentes do já vivido no semestre anterior, e surpreenderam positivamente. As ações que a administração havia tomado para o início da pandemia, foram revistas principalmente para a retomada da geração de operação de crédito. Com as medidas adotadas pelo Governo Federal com a redução a zero a alíquota do IOF e com a SELIC abaixo de 2%, contribuiu para o setor.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), devam elaborar e apresentar demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

- Instituições financeiras;

- Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- Administradoras de consórcio;
- Instituições de pagamento;
- Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo;
- Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas no incisos i) e iv); e
- Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios também devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tem a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). A entidade líder do Conglomerado, por deter o controle sobre as demais entidades, é o Banco.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial são apresentadas abaixo:

- Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A, (“Banco”);
- Bari Companhia Hipotecária, (“Companhia”) – 99% de participação do Banco;
- Bari Securitizadora S.A., (“Companhia”) – 99% de participação do Banco; e
- Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo Barigui (“FUNDO”) que foi encerrado em dezembro de 2019.

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil – Bacen. Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.720/19 do CMN e da Circular nº 3.959/19 do Bacen. O

principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards - IFRS. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e adoção de novas nomenclaturas e grupamentos.

As demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de maio de 2021.

Apresentação dos saldos comparativos

Para melhor apresentação e comparabilidade nestas demonstrações financeiras, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação destas. Ressaltamos que esses ajustes se referem substancialmente a reclassificações e grupamentos de contas nas demonstrações financeiras, e não impactam o lucro líquido e nem o patrimônio líquido. Além disso, o saldo comparativo do balanço patrimonial, para essas demonstrações financeiras, passou a ser com base no balanço patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior, e portanto, 31 de dezembro de 2019.

O quadro abaixo apresenta as reclassificações feitas no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 de maneira aglutinada, advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/10:

Balanço Patrimonial	Saldo original	Reclassificação	Saldo reapresentado	
Disponibilidades	850	(850)	-	Disponibilidades
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>38.729</u>	<u>39.579</u>	<u>39.579</u>	Aplicações interfinanceiras de liquidez
Operações de crédito	700.158	-	700.158	Operações de crédito
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.211)</u>	<u>-</u>	<u>(13.211)</u>	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
Outros créditos	<u>17.913</u>	<u>(12.752)</u>	<u>5.161</u>	Outros ativos financeiros
Créditos Tributários	<u>-</u>	<u>12.752</u>	<u>12.752</u>	Créditos Tributários
Outros valores e bens	13.883	-	13.883	Outros ativos
Outros valores e bens	15.565	-	15.565	Outros ativos
Provisão para desvalorização	<u>(1.682)</u>	<u>-</u>	<u>(1.682)</u>	Provisão para redução ao valor recuperável
Total do Ativo	795.261	-	795.261	Total do Ativo

Além dessas alterações, foram incluídos novos subtotais: (i) “Instrumentos financeiros” – no ativo; e (ii) “depósitos e demais instrumentos financeiros” – no passivo.

Nas demonstrações do resultado e demonstrações dos fluxos de caixa, houve a alteração no período comparativo da denominação de “provisão para crédito de liquidação duvidosa”, que passou a ser apresentada de forma segregada das despesas de intermediação financeira, com a denominação de “provisão para perda esperada associada ao risco de crédito”.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Conglomerado Prudencial e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.d e 6.b – critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito;

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Conglomerado Prudencial. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos disponíveis para a venda:** Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.
- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**
As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

- **Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos**

As principais operações de crédito do Conglomerado Prudencial são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento, empréstimos a pessoas físicas e financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

d. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 4.803 de 09/04/2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para perda esperada

associada ao risco de crédito das operações renegociadas, devido a pandemia da Covid-19, permitindo às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, reclassificar para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

e. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros.

f. Investimentos

Os investimentos em coligadas, foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

g. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Conglomerado Prudencial.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

h. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado Prudencial ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e

calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular Bacen nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (Bacen).

l. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% (20% para o exercício de 2018, conforme Lei nº 13.169/15).

A Emenda Constitucional 103/2019, eleva a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) para 20% a partir de 01.03.2020.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Conglomerado Prudencial espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio devem compor a redução da base de cálculo pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social, uma vez que a contabilização, a partir de fevereiro de 2019, passou a ser no Patrimônio Líquido, afetando o lucro líquido do período.

m. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Conglomerado Prudencial Bari no semestre e exercício findos em 2020, no montante de R\$ 17.927 e R\$ 33.627 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

n. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória 1.034 que majorou a alíquota da Contribuição Social – CSLL de 20% para 25%, e passam a vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	1	7
Depósitos bancários	284	817
Reservas livres	331	26
Disponibilizadas em moeda estrangeira	201	-
Total disponibilidades	817	850
Operações compromissadas – Posição bancada	47.250	14.319
Letras do Tesouro Nacional	47.250	38.729
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	47.250	38.729
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>48.067</u>	<u>39.579</u>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

Título	2020		2019	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)		-	4,14% a.a.	22.060
DI (pré)	1,9 % a.a.	<u>47.250</u>	4,40% a.a.	<u>16.669</u>
Total		<u>47.250</u>		<u>38.729</u>

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda

	Vencimento	2020		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2021 a 01/03/2024	77.776	77.805	(29)
Debentures	16/03/2020 a 15/11/2022	3.695	3.764	(69)
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030 e 13/05/2038	<u>8.255</u>	<u>8.037</u>	<u>218</u>
Total		<u>89.726</u>	<u>89.606</u>	<u>120</u>

Não existe comparativo para o exercício de 2019, considerando que a administração reclassificou os respectivos títulos e valores mobiliários para a categoria de disponível para venda atendendo ao conceito da Circular Bacen nº 3.068/2001

b. Títulos e valores mobiliários – mantidos para negociação

	Vencimento	2019		Ajuste a valor de mercado
		Valor de mercado	Valor de curva	
LFT	01/03/2021 a 01/03/2024	12.477	12.477	-
Debentures	16/03/2020 a 15/11/2022	8.323	8.323	-
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030	3.024	3.024	-
Letra financeira	15/03/2021	3.148	3.148	-
Certificado de depósitos bancários	20/03/2020	2.095	2.095	-
Total		29.067	29.067	-

c. Títulos e valores mobiliários – valores em garantia de operações – mantidos até o vencimento

	Vencimento	2020*		Ajuste a valor de mercado
		Valor de mercado	Valor de curva	
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/03/2021	5.928	5.928	-

*não há comparativos para 2019.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrado a seguir:

Posição ativa	Data de vencimento	2020			2019	
		Valor referencial	Valor de mercado	Diferencia l a receber	Valor de mercado	Diferencia l a receber
PRÉ-Fixada	20/07/2020	-	-	-	43.496	-
	01/07/2022	50.000	53.152	-	51.721	-
IGPM	27/01/2020	-	-	-	7.048	-
	02/07/2020	-	-	-	1.757	-
	17/07/2020	-	-	-	1.757	-
	29/07/2020	-	-	-	1.758	-
	22/07/2020	-	-	-	1.758	-
Total		50.000	53.152	-	109.295	-

Posição passiva	Data de vencimento	2020			2019	
		Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a receber	Valor de mercado	Diferencial a receber
DI	20/07/2020	-	-	-	45.917	(2.421)
	01/07/2022	50.000	59.961	(6.808)	55.278	(3.557)
	27/01/2020	-	-	-	8.209	(1.151)
	02/07/2020	-	-	-	2.071	(314)
	17/07/2020	-	-	-	2.077	(320)
	29/07/2020	-	-	-	2.082	(324)
	22/07/2020	-	-	-	2.079	(321)
Total		50.000	59.901	(6.808)	117.723	(8.418)

e. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º semestre/2020	2020	2019
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	183	1.017	-
Rendas de aplicações em operações compromissadas	435	890	667
Deságio na colocação de títulos	(303)	(555)	-
Rendas em aplicação em fundos	-	417	954
Resultado com títulos de renda fixa	1.433	2.119	2.360
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(412)	(3.730)	(6.330)
Total	1.336	158	(2.349)

6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	2020		2019	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Crédito pessoal e CDC	142	0,02%	-	-
Crédito pessoal consignado	246.335	30,61%	226.168	32,30%
Capital de giro	1.663	0,21%	-	-
Cartão de crédito	123	0,02%	-	-
Empréstimos com garantia imobiliária	388.688	48,31%	312.939	44,70%
Financiamentos	77	0,01%	-	-
Financ. imob. empreend - aquisição	31.989	3,98%	29.203	4,17
Financ. imob. resid. - aquisição	128.993	16,03%	131.848	18,83%
Financ. imob. resid.- reforma e ampliação/construção	6.616	0,82%	-	-
Total	804.626	100,00%	700.158	100,00%

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º Semestre /2020	2020	2019
Saldo inicial semestre/exercício	(14.652)	(13.211)	(9.148)
Constituição líquida de reversão	(4.650)	(10.677)	(7.964)
Baixa para prejuízo	3.235	7.821	3.901
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	<u>(16.067)</u>	<u>(16.067)</u>	<u>(13.211)</u>

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 2.059 e R\$ 3.257 respectivamente (R\$ 3.122 no exercício 2019).

As operações de crédito refinanciadas, totalizaram R\$ 122.357 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 167.708 no exercício 2019) e não ocorreram renegociações para o período em questão (R\$ 9.982 no exercício de 2019). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

b.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	2020	2019
A vencer:		
Até 3 meses	47.206	41.994
De 3 meses a 12 meses	132.463	125.082
De 1 a 3 anos	331.603	295.221
De 3 a 5 anos	216.967	178.826
De 5 a 15 anos	70.618	51.676
Acima de 15 anos	93	459
	<hr/>	<hr/>
Total a vencer	<u>798.950</u>	<u>693.258</u>
Vencidos	<u>5.676</u>	<u>6.900</u>
Total	<u><u>804.626</u></u>	<u><u>700.158</u></u>

b.3 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% Provisão	Setor				2020		2019	
			Indústria	Comércio	Serviços	P. Física	Total	Vlr. Provisão	Total	Vlr. Provisão
AA	Normal	0,00%	635	-	2.241	34.255	37.131	-	34.617	-
A	Normal	0,50%	103.245	587	7.572	434.917	546.321	(2.730)	517.643	(2.588)
B	Normal	1,00%	19.046	515	2.795	95.917	118.072	(1.181)	64.732	(648)
	Vencido		1.301	-	202	9.000	10.503	(105)	15.210	(153)
C	Normal	3,00%	4.304	-	4.830	47.188	56.322	(1.689)	27.102	(813)
	Vencido		251	168	-	14.454	14.873	(446)	24.544	(736)
D	Normal	10,00%	-	-	-	5.790	5.790	(578)	1.115	(112)
	Vencido		367	-	-	3.006	3.373	(337)	3.913	(391)
E	Normal	30,00%	-	-	-	877	877	(263)	663	(199)
	Vencido		-	-	-	1.009	1.009	(303)	2.962	(889)
F	Normal	50,00%	101	-	-	614	715	(358)	55	(27)
	Vencido		594	-	-	782	1.376	(689)	1.319	(659)
G	Normal	70,00%	-	-	-	79	79	(55)	160	(112)
	Vencido		-	-	1.213	1.631	2.844	(1.992)	796	(557)
H	Normal	100,00%	-	-	-	272	272	(272)	-	-
	Vencido		-	-	-	5.069	5.069	(5.069)	5.327	(5.327)
Total			<u>129.844</u>	<u>1.270</u>	<u>18.853</u>	<u>654.659</u>	<u>804.626</u>	<u>(16.067)</u>	<u>700.158</u>	<u>(13.211)</u>
Circulante							185.345	(5.898)	173.975	(5.392)
Não Circulante							619.281	(10.169)	526.183	(7.819)

c. Cessão de Crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o Conglomerado Financeiro adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 38.409 (R\$ 65.206 no exercício de 2019). Essas operações auferiram renda no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 8.809 (R\$ 10.402 no exercício de 2019). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o exercício em epígrafe, o Conglomerado Financeiro alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 68.026 (R\$ 79.044 em 2019). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	2020	2019
Circulante		
Serviços prestados a receber	512	1.311
Adiantamentos e antecipações salariais	676	376
Impostos a recuperar (d)	3.166	773
Prêmio ou (-) Desconto em operações de crédito	(194)	51
Títulos e créditos a receber (a)	2.407	24
Devedores para compra de valores e bens	471	595
Devedores diversos (b)	1.347	383
Valores a receber de sociedades ligadas	2	308
Outros ativos financeiros	22	289
Total	<u>8.409</u>	<u>4.110</u>
Não circulante		
Depósitos em garantia	294	219
Impostos a compensar (d)	761	-
Devedores para compra de valores e bens	926	352
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	(260)	480
Títulos e créditos a receber (a)	1.402	1.372
Provisão para perda associada ao risco de crédito (c)	(1.402)	(1.372)
Total	<u>1.721</u>	<u>1.051</u>

- a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 31 de dezembro de 2020, basicamente por: (i) R\$268 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 103 em dezembro de 2019); (ii) R\$ 248 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 248 em dezembro de 2019) este valor encontra-se provisionado para sua perda em sua totalidade por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança e (iii) R\$ 2.218 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (não há comparativos para dezembro de 2019).
- b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por, pelas contas com maior relevância, sendo:
- b.1. valores relativos a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte no montante de R\$595 (R\$ 254 em 2019);
 - b.2. R\$ 195 referente a valores a ressarcir de pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis (R\$ 108 em 2019); e
 - b.3. pagamentos de custas com cartório R\$ 21 dos quais serão ressarcidos pela cedente da carteira adquirida (R\$ 21 em 2019).
 - b.4. carga de pagamento BariCard a processar no montante de R\$ 536 (não há valores comparativos para dezembro 2019).
- c) O montante de R\$ 1.402 refere-se a operação não reconhecida pela contraparte. A administração considerou provisão para perda na sua totalidade.
- d) Referem-se a valores de antecipações de IRPJ e CSLL ocorridas durante o exercício de 2020, que serão recuperadas em exercícios futuros.

8 Outros ativos

	2020	2019
Circulante		
Despesas antecipadas – Serviços de terceiros	8	54
Bens de uso não próprios (a)	11.196	10.900
(-) Prov. para redução ao valor recuperável (a)	(888)	(703)
Total	10.316	10.251
Não circulante		
Bens de uso não próprios (a)	3.123	4.611
(-) Prov. para redução ao valor recuperável (a)	(1.402)	(979)
Total	1.721	3.632

- a) Tratam-se de valores de consolidação de propriedade (execução da garantia com a retomada de imóveis). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram executados R\$ 3.772, somando o saldo total de valores em bens não de uso no montante de R\$ 14.319 (R\$ 15.511 em 2019). Durante o exercício foram realizados laudos de avaliação destes imóveis com o objetivo de refletir corretamente o valor recuperável desses ativos. Em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado a título de redução ao valor recuperável é de R\$ 2.290 (R\$ 1.682 em 2019).

9 Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é composto por gastos de aquisição e desenvolvimento de software, no montante total de R\$16.508 (R\$ 5.827 em dezembro de 2019), sendo R\$ 13.804 de gastos gerados internamente (R\$ 4.089 em dezembro de 2019) e R\$ 2.704 adquiridos de terceiros (R\$ 1.738 em dezembro de 2019).

10 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de Títulos

a. Depósitos a prazo

2020				2019
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
2.408	22.488	281.502	306.398	151.106
Circulante			24.896	1.804
Não Circulante			281.502	149.302

b. Outros depósitos – conta de pagamento

2020				2019
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
1.682	-	-	1.682	-
Circulante			1.682	-
Não Circulante			-	-

c. Recursos de aceites e emissões de títulos

	2020			2019	
	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de Câmbio	6.729	26.437	12.031	45.197	99.380
Letras de Crédito Imobiliário	21.651	65.583	343.276	430.520	370.434
Total	28.380	92.020	355.307	475.717	469.814
Circulante				120.400	215.908
Não circulante				355.307	253.906

d. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	2º semestre/2020	2020	2019
Despesas depósitos interfinanceiros	(535)	(757)	(46)
Despesas depósitos a prazo	(8.197)	(13.620)	(6.478)
Despesas aceites cambiais	(1.918)	(4.154)	(10.871)
Despesas letras de crédito imobiliário	(17.244)	(27.707)	(24.005)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(482)	(925)	(715)
Outros	-	-	(841)
Total	(28.376)	(47.163)	(42.956)

11 Obrigações fiscais e previdenciárias

	2020	2019
Circulante		
Imposto de renda	8.242	3.755
Contribuição social	3.360	2.107
Impostos e contribuições s/ serv. de terceiros	239	135
Impostos e contribuições s/ salários	360	428
IRRF s/ JCP	398	-
Outros	653	599
Total	13.252	7.024
Não Circulante		
Impostos diferidos	57	2.463
Total	57	2.463

12 Outras obrigações - Diversas

	2020	2019
Circulante		
Credores por recursos a liberar	-	98
Despesas de pessoal	714	589
Outras provisões	6.136	2.450
Obrigações para aquisições de bens e direitos	-	1.000
Credores diversos - país (a)	34.249	28.012
Rendas antecipadas	372	476
Total	41.471	32.625
Não circulante		
Provisões para contingências (nota 13)	692	734
Rendas antecipadas	23	40

Credores diversos - país (a)	6.247	6.675
Total	6.962	7.449

- a) Referem-se substancialmente a:
- a.1. parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 3.098 (R\$ 1.559 em dezembro de 2019);
 - a.2. contratos de financiamentos efetivados e não desembolsados até a data do balanço no montante de R\$ 26.494 (R\$ 17.128 em dezembro de 2019);
 - a.3. recebimentos antecipados de taxas de administração e seguros das carteiras adquiridas R\$559 (R\$ 998 em dezembro de 2019); e
 - a.4. compra de carteira a prazo no montante de R\$ 3.774 (R\$ 6.674 em dezembro de 2019).
 - a.5. demais valores pulverizados de R\$ 4.049 (R\$ 2.779 em 2019).

13 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram reconhecidos no Conglomerado Prudencial ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável o Conglomerado Prudencial efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício

Em 31 de dezembro de 2020, o Conglomerado possuía provisões para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 692 (R\$ 734 em dezembro de 2019), como segue:

	2020				Saldo no final do exercício
	Saldo no início do exercício	Constituição	(Reversão)	(Pagamento)	
Cíveis	632	716	(331)	(480)	537
Trabalhistas	102	246	(193)	-	155
Total –2020	734	962	(524)	(480)	692
Total - 2019	751	276	(37)	(256)	734

d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, no Conglomerado, em 31 de dezembro de 2020, por processos de natureza cível no montante de R\$ 3.423 (R\$ 2.096 em dezembro de 2019).

O Conglomerado Prudencial possui ainda processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 69 classificado como risco de perda possível (R\$ 110 em dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de de 2020 e 2019, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como possível.

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O valor do capital social é R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 49.000 (quarenta e nove milhões de reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.000 (um milhão de reais) em ações preferenciais nominativas.

Em 30 de dezembro de 2019, a acionista Maria Teresa Fornea Caron, alienou suas ações da Bari Companhia Hipotecária, que representava 5% (cinco por cento) do capital, para o Banco Bari, que passa a deter 99% (noventa e nove por cento) da participação na sociedade. Nessa mesma data, os acionistas deliberaram um aumento de capital, com reservas de lucros, no montante de R\$ 11.700 (R\$ 117 pelos minoritários), com emissão de 11.700 (117 dos minoritários) novas ações ordinárias da Companhia. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 1º de abril de 2020.

O quadro de acionistas do Conglomerado Prudencial, em 31 de dezembro de 2020, está representado da seguinte forma:

Acionistas	Banco Bari Nº de ações	Companhia Hipotecária Nº de ações	Securitizadora Nº de ações
Banco Bari S.A.	-	31.384.000	2.722.500
Bordin Adm.e Incorp. Ltda.	17.737.550	-	-
Enio Fornea Junior	5.881.750	-	-
Ivo Luiz Roveda	12.093.450	158.500 (*)	-
Antonio Bordin Neto	3.487.250	-	-
Evaldo Leandro Perussolo	1.000.000	-	27.500
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	9.800.000	158.500 (*)	-
Total	50.000.000	31.700.000	2.750.000

(*) Estas participações minoritárias foram consideradas como parte do grupo controlador para fins de consolidação do conglomerado prudencial.

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e Juros sobre Capital próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) para o exercício de 2020, e 6% para o exercício de 2019, do lucro líquido do Banco e Hipotecária e 10% (dez por cento) na Securitizadora, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Valor Provisionado	Valor de imposto retido	Valor líq. a pagar	Valor Pago	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio – JCP – 2019	5.040	(756)	4.284	(3.484)	Pagto parcial em 16/05/2019	25ª AGO 25/05/2020
Dividendos propostos em 2018	758	-	758	(744)	Pagto parcial em 16/05/2019	25ª AGO 25/05/2020
Dividendos propostos em 2019	991	-	991	-	-	25ª AGO 25/05/2020
Dividendos propostos em 2020	5.080	-	5.080	-	-	26ª AGO 30/04/2021
Juros sobre capital próprio - JCP – 2020	4.717	(708)	4.009	-	-	26ª AGO 30/04/2021

e. Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2020	2019
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do período	33.333	21.507
Reserva legal (5%)	(1.667)	(1.075)
Juros sobre o capital próprio (JCP)	(4.717)	(5.040)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	26.949	15.392
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	(6.737)	(991)

- (a) A Resolução n.º 4.885 do Conselho Monetário Nacional de 23 de dezembro de 2020, alterou a Resolução 4.820 de maio de 2020, tornando possível a distribuição de juros sobre capital a próprio e dividendos mínimo obrigatório de acordo com o estatuto da entidade, respeitando o percentual máximo de distribuição de 30% do lucro líquido. A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios foram reduzidas devido a limitação proposta na resolução supramencionada considerando a distribuição já realizada do Juros sobre capital próprio.

15 Transações entre partes relacionadas

	2020			2019		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
Captação (c)	(110.323)	-	(3.201)	(80.607)	-	(2.412)
Remuneração administradores	-	-	(994)	-	-	(433)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(5.882)	-	-	(2.416)	-	(3.252)
Pessoas jurídicas						
Antecipações de recebíveis	134	13	-	-	-	-
Desenvolvimento de software	(1.246)	-	(3.688)	-	-	-
Juros sobre capital próprio/dividendos	(3.241)	-	-	(1.325)	-	(1.788)
Captação (c)	(35.988)	-	(3.797)	(31.423)	-	(642)
Utilização de estrutura compartilhada (b)	2	-	20	13	-	-
Prestação de serviços (a)	(2.607)	-	(25.184)	(1.275)	-	(15.451)
Aluguel comercial	-	-	(229)	(20)	-	(299)
Estruturação e indicação de operações de crédito	-	837	-	-	208	-

- (*) São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A.; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Barigüi Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornea & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigüi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda.

- (a) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.
- (b) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.
- (c) Referem-se a Recursos de aceites cambiais (LC) e Certificados de depósitos bancários (CDB).

a. Subscrição de cotas (administrado pela Bari Securitizadora sob a forma de patrimônio separado)

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros da Diretoria	61	0,50%	IGP-M	1
Demais PF	61	0,50%	IGP-M	17
Total				34
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros da Diretoria	62	6,00%	IGP-M	4
Demais PF	62	6,00%	IGP-M	5
Total				9
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	63	14,41%	IGP-M	14
Membros da Diretoria	63	14,41%	IGP-M	3
Demais PF	63	14,41%	IGP-M	4
Total				21
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	71	9,86%	IGP-M	3
Total				3
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
PJ Controladora	75	4,80%	IPCA	3.000
Total				3.000
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
PJ Coligada	76	5,25%	IPCA	2.969
Membros do Conselho de Administração	76	5,25%	IPCA	2.599
Demais PFs	76	5,25%	IPCA	1.947
Total				7.515
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
PJ Controladora	77	35,81%	IPC-A	2.425
Total				2.425

As operações foram equivalentes ao preço unitário do título subscrito na data considerada para avaliação (PU do papel), sendo que a operação de subscrição do CRI pela parte relacionada ocorreu dentro do processo ordinário de colocação dos títulos emitidos pela Companhia.

b. Política de remuneração

O Conglomerado remunera os membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está representado por R\$ 994 (R\$ 433 em dezembro de 2019).

16 Rendas de prestação de serviços

	2º Semestre/2020	2020	2019
Confeção de cadastro pessoa física e jurídica	1.693	3.586	1.448
Rendas de comissão de colocação de títulos	1.934	5.054	3.093
Taxa de administração de contratos	300	544	658
Rendas de comissão sobre seguros	-	229	919
Rendas de comissão correspondente bancário	1	319	549
Assessoria	520	520	715
Rendas de outros serviços	80	89	22
Total	4.528	10.341	7.404

17 Despesas tributárias

	2º Sem/2020	2020	2019
Despesa de PIS	(432)	(831)	(571)
Despesas de COFINS	(2.665)	(5.111)	(3.516)
Despesas de ISS	(169)	(459)	(374)
Outros	(51)	(267)	(522)
Total	(3.317)	(6.668)	(4.983)

18 Despesas administrativas

	2º Sem/2020	2020	2019
Despesas com serviços terceirizados (a)	(18.037)	(29.664)	(19.618)
Despesas de processamento de dados	(4.833)	(7.748)	(4.210)
Despesa com serv. téc. especializados	(3.556)	(6.890)	(5.074)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(161)	(585)	(682)
Despesas com viagens	(85)	(232)	(435)
Despesas de comunicação	(517)	(970)	(946)
Despesas com acordo judicial	(63)	(121)	(325)
Despesas serviço sistema financeiro	(599)	(940)	(723)
Despesas com propaganda e publicidade	(2.074)	(2.753)	(624)
Despesas de aluguel comercial	(243)	(421)	(314)
Despesas com amortização/depreciação	(1.872)	(3.082)	(417)
Despesas de seguros	(25)	(58)	(135)
Despesa de transporte	(21)	(53)	(71)
Despesas judiciais e cartório	(565)	(1.008)	(1.015)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(434)	(996)	(775)
Outras despesas	(986)	(1.376)	(1.501)
Total	(34.071)	(56.897)	(36.865)

a) Refere-se principalmente à:

- (i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 correspondem ao valor de R\$ 8.345 e R\$ 13.297, respectivamente (R\$ 11.664 em 2019);,
- (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, correspondem a R\$ 1.332 e R\$ 3.111 respectivamente (R\$ 3.364 em dezembro de 2019);
- (iii) As despesas incorridas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, relativas a custos de repasse aos órgãos públicos, montam os valores de R\$ 380 e R\$ 747 respectivamente (R\$ 814 em dezembro de 2019);
- (iv) Despesa com assessoria e consultoria empresarial na estruturação de negócios, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 7.574 e R\$ 11.590, respectivamente (R\$ 2.922 em 2019); e
- (v) Outras despesas pulverizadas, incorridas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, correspondem ao montante de R\$ 405 e R\$ 918 respectivamente (R\$ 854 em dezembro de 2019).

19 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º semestre/2020	2020	2019
Provisão para Imposto de renda	(4.327)	(11.293)	(7.061)
Provisão para Contribuição social	<u>(954)</u>	<u>(4.246)</u>	<u>(3.447)</u>
Total	<u><u>(5.281)</u></u>	<u><u>(15.539)</u></u>	<u><u>(10.508)</u></u>
Ativo fiscal diferido	(2.034)	21	2.573
Provisão/reversão para imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>2.626</u>	<u>2.463</u>	<u>(414)</u>
Total	<u><u>(4.689)</u></u>	<u><u>(13.055)</u></u>	<u><u>(8.349)</u></u>

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º semestre/2020	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>22.616</u>	<u>46.682</u>	<u>30.166</u>
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20% (15% até fev/2020), respectivamente	(10.177)	(21.007)	(12.066)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Adições Temporárias	(2.967)	(11.499)	(9.914)
Adições permanentes	(129)	(134)	-
Exclusões temporárias	751	7.442	11.904
Deduções por incentivos fiscais	421	475	504
Juros sobre o capital próprio	1.763	2.123	2.016
Swap	1.209	1.209	-
Equivalência Patrimonial	837	1.115	-
Outros	<u>3.011</u>	<u>4.737</u>	<u>(2.952)</u>
Impostos de Renda e Contribuição Social	<u><u>(5.281)</u></u>	<u><u>(15.539)</u></u>	<u><u>(10.508)</u></u>

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo inicial em 01/01/2020	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2020
<u>Imposto de Renda</u>				
Provisão para risco cível	184	237	(248)	173
Outras provisões	2.845	318	(175)	2.988
Provisão MTM	2.154	1.804	(4.260)	(302)
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	3.363	2.587	(579)	5.371
TOTAL - IRPJ	8.546	4.946	(5.262)	8.230
<u>Contribuição Social</u>				
Provisão para risco cível	92	1.079	(368)	803
Outras provisões	420	786	(646)	560
Provisão MTM	2.201	520	(1.433)	1.288
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	1.493	447	(48)	1.892
TOTAL - CSLL	4.206	2.832	(2.495)	4.543
Total crédito tributário de IRPJ e CSLL	12.752	7.778	(7.757)	12.773

Considerando as expectativas de resultado futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração do Conglomerado Prudencial acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2020 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	2021	2022	2023	TOTAL
<u>Créditos Tributários de Imposto de Renda</u>				
Diferenças Temporária	5.144	936	2.156	8.236
Valor Presente	5.021	900	2.044	7.965
<u>Créditos Tributários de Contribuição Social</u>				
Diferenças Temporária	3.072	428	1.037	4.537
Valor Presente	3.003	411	986	4.401

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 102,13% CDI.

O Conglomerado não deixou de ativar os créditos tributários durante o exercício de 2020 e 2019.

d. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 57 em 31 de dezembro de 2020 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado (R\$ 2.463 em dezembro de 2019).

20 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas

regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 31 de dezembro de 2020 atingiu 19,71, representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

	2020	2019
Patrimônio de referência	<u>107.773</u>	<u>97.162</u>
Índice de Basiléia BACEN	<u>19,71</u>	<u>19,55</u>

21 Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital

O Conglomerado Prudencial conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, que é elaborada e divulgada pelo líder do Conglomerado Prudencial abrangendo entre outros, os riscos de: Crédito, Mercado, Liquidez,

Operacional, Socioambiental e Gerenciamento de Capital. Tal estruturação possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto. Ademais, assegura que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam subsidiar as resultantes decisões administrativas, tornando-as mais assertivas e mantendo-as sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. As respectivas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Na estrutura sob apreço tem o papel relevante o **Comitê de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital** que subsidia o Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) e o Conselho de Administração na tomada de decisões.

As medidas para implementação das providências antes declinadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em consonância com à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe estrutura de gerenciamento de riscos e capital, foi concluído no segundo semestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Conglomerado Prudencial.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios do Conglomerado Prudencial podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Conglomerado Prudencial envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Conglomerado Prudencial, a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Insere-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basiléia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

c. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do Conglomerado Prudencial e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, anualmente, são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

d. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificado como decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e/ou taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional. Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas, com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Conglomerado Prudencial emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

e. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de o Conglomerado Prudencial não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um

nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para seu ajuste, incluindo a realização de swaps.

O Conglomerado Prudencial conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

f. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo Conglomerado Prudencial para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o Conglomerado Prudencial realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

g. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc.) e, também, responsabilidade ambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Conglomerado Prudencial, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou de fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Conglomerado Prudencial apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

“ O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico: www.bariquicredito inteligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

* * *

Conselho de Administração

IVO LUIZ ROVEDA
Presidente

ENIO FORNEA JÚNIOR
Vice Presidente

FELIX ARCHANJO BORDIN
Conselheiro

ANTÔNIO BORDIN NETO
Conselheiro

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Conselheiro

Diretoria

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Diretor Presidente

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Superintendente

MATEUS VARGAS FOGAÇA
Diretor Executivo

EDUARDO ZAGONEL NEVES
Diretor Executivo

Responsável técnica
Cristiane Aparecida Damrat
Contadora CRC PR 063966/O-2